

# Organização Social e Movimentos Sociais Rurais

Ivaldo Gehlen

Daniel Gustavo Mocelin

Organizadores

**EAD**  
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



# **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

Reitor

**Carlos Alexandre Netto**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica

**Rui Vicente Oppermann**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
A DISTÂNCIA**

Secretário

**Sérgio Roberto Kieling Franco**

Vice-Secretário

**Silvestre Novak**

Comitê Editorial

**Lovois de Andrade Miguel**

**Mara Lucia Fernandes Carneiro**

**Silvestre Novak**

**Sílvio Luiz Souza Cunha**

**Sérgio Roberto Kieling Franco,**  
presidente

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Sara Viola Rodrigues**

Conselho Editorial

**Alexandre Santos**

**Ana Lígia Lia de Paula Ramos**

**Carlos Alberto Steil**

**Cornelia Eckert**

**Maria do Rocio Fontoura Teixeira**

**Rejane Maria Ribeiro Teixeira**

**Rosa Nívea Pedroso**

**Sergio Schneider**

**Susana Cardoso**

**Tania Mara Galli Fonseca**

**Valéria N. Oliveira Monaretto**

**Sara Viola Rodrigues,** presidente

# Organização Social e Movimentos Sociais Rurais

Ivaldo Gehlen

Daniel Gustavo Mocelin

Organizadores

**EAD**  
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

  
**UFRGS**  
EDITORA

  
**SEAD**  
Secretaria de  
Educação a Distância

  
CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA  
**PLANEJAMENTO E GESTÃO  
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

© dos Autores  
1ª edição: 2009  
Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Ignacio Antonio Neis, Sabrina Pereira de Abreu e Rosany Schwarz Rodrigues  
Editoração eletrônica: Luciane Delani

**Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS**

Coordenador: Luis Alberto Segovia Gonzalez

**Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural**

Coordenação Acadêmica: Lovois de Andrade Miguel

Coordenação Operacional: Eliane Sanguiné

---

O68 Organização social e movimentos sociais rurais / [organizado por] Ivaldo Gehlen e Daniel Gustavo Mocelin ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

96 p. : il. ; 17,5x25cm

(Série Educação A Distância)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui bibliografia e glossário.

1.Sociologia rural. 2. Desigualdade social. 3. Mobilidade social. 4. Estratificação social. 5. Organização social – Associativismo rural. 6. Movimentos sociais rurais. I. Gehlen, Ivaldo. II. Universidade Aberta do Brasil. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

CDU 316.334.55:316.44

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.

(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0072-5

*Ivaldo Gehlen*

## INTRODUÇÃO

Nesta segunda Unidade, serão aprofundados conceitos introduzidos na primeira Unidade, particularmente o de ator social, relacionando-o com cidadania e com identidade sociocultural. Serão também apresentados alguns conceitos auxiliares, na perspectiva desta disciplina, tais como exclusão social, preconceito, estigma, patrimônio sociocultural, entre outros. O foco será a sociedade, em sua acepção conhecida como sociedade civil, através das manifestações de interesses articulados pelos atores sociais e através das manifestações de valores éticos e socioculturais da vida cotidiana expressos coletivamente, e que constituem a cidadania e as identidades.

Os atores sociais manifestam interesses sociais, econômicos, políticos, culturais, além de outros, de forma articulada, via de regra expressos por meio de formas perceptíveis, legítimas e geralmente regidas por legislação, normas, estatutos ou regimentos. Outras vezes, a manifestação coletiva dos atores sociais não é regida burocraticamente, como, por exemplo, um movimento social, ou o comportamento dos que ocupam uma mesma posição na estratificação social; mas deve obedecer a uma ética consensualmente aceita.

As identidades socioculturais, também por vezes denominadas simplesmente de sociais, expressam sobretudo valores de convivência, de segurança, de bem-estar. As pessoas podem viver longe e, no entanto, formar uma espécie de comunidade, pois compartilham valores existenciais e de orientação que dão um sentido específico a suas vidas. Habitualmente, esses valores são legitimados pela tradição, pelos costumes que definem uma espécie de cultura específica. Todos sabem como agir em tais ambientes, independentemente das posições sociais que cada um ocupa na estratificação social, na totalidade à qual pertence.

Os atores sociais ocupam diferentes posições sociais (estratos) que expressam desigualdade social, e suas atitudes são regradas normativamente por valores éticos compartilhados; mas vivenciam ao mesmo tempo valores culturais específicos ou identidades que expressam as diferenças.

Conceituar sociologicamente ator social implica identificá-lo numa relação alterativa, validada pelo(s) outro(s) e situá-lo(s) numa realidade social mediada por relações e por concepções de mundo, por estilos de vida, por atividades, pela natureza, pela religião, enfim, pela realidade complexa que os cerca.

O texto que segue é uma espécie de guia para introduzir esta temática, sobre a qual muito já se discutiu e se escreveu, principalmente nos últimos 150 anos. Todos nós, indistintamente, nos movemos e nos orientamos na vida cotidiana por esses dois sistemas de valores ou por essas duas dimensões de referência – valores éticos e valores culturais –, tenhamos ou não consciência disso.

## 2.1 ATORES SOCIAIS COMO CIDADÃOS DESIGUAIS

A cidadania remete-nos à condição da existência social referenciada numa relação estabelecida com uma totalidade, por vezes também chamada de sociedade global, que pode ser de abrangência local – o município –, regional – o estado –, nacional – a nação – ou universal. Esta última abrangência, a da cidadania universal, está crescentemente presente no debate político e em alguns movimentos sociais. É global no sentido histórico de referir-se a uma determinada totalidade social, à qual cada um pertence, pelas normas estabelecidas.

Nos contextos filosóficos, a cidadania refere-se a um ideal normativo substancial de pertença e participação numa comunidade política. Ser um cidadão, neste sentido, é ser reconhecido como um membro pleno e igual da sociedade, com o direito de participar no processo político. Como tal, trata-se de um ideal distintamente democrático. As pessoas que são governadas por monarquias ou ditaduras militares são súditos e não cidadãos (KYMLICKA, 1998, p. 2).

Na Grécia Antiga, a cidadania era definida e validada pelo lugar ocupado na Cidade-Estado; no Império Romano, era atribuída pelo imperador a uma parte da sociedade e válida até os confins do Império; na sociedade medieval, havia dupla possibilidade de ser cidadão: nos feudos, como concessão do Senhor, com validade no território local, e nos burgos (*villes*, cidades), como concessão do poder local. Mas também começa a se construir o conceito de cidadania como direito e como condição de liberdade (igualdade formal) a ser gozada no território citadino.

Durante a Idade Média, na Europa, avançou a construção do conceito de igualdade social, fundado na tradição judaico-cristã, que o vincula ao conceito de liberdade individual e de mérito pessoal (princípio da salvação), embora, na prática, persistissem as estratificações sociais de dominação, de desigualdade social. A separação entre o saber teórico e o saber prático em relação às atividades ligadas à produção de bens materiais e aos serviços inviabilizava a invenção e inovação tecnológicas nesses tipos de atividades. Aos poucos, esse divórcio gerador de dicotomia foi superado por um novo paradigma teórico-científico e, portanto, metodológico, de produção e validação do conhecimento, centrado na capacidade do ser humano e na realidade. A superação dessa dicotomia foi condição necessária para o desenvolvimento de tecnologias que propiciaram aumento crescente na produtividade do trabalho, dando

origem à Revolução Industrial. Com a Revolução Industrial, também se atribuiu um novo significado à noção do tempo, o qual passou a reger grande parte da vida cotidiana das pessoas. Criou-se o tempo útil, medido pelo relógio e valorado pelo salário. Com isso, universaliza-se de forma imperativa o controle social através do uso desse tempo, por meio da medição (horificação) das atividades socialmente convencionadas, especialmente as que são conceituadas como trabalho.

No coração desta mutação qualitativa está o tempo restrito, imposto pelo produtivismo, primeiro na Inglaterra, depois em todo o continente. O divórcio entre tempo de trabalho e tempo livre se somou àquele entre lugar de trabalho e domicílio. A hora de trabalho tornou-se aos poucos a unidade de referência, depois a medida de produtividade, simbolizada em seguida pelo relógio, que vigia à porta de entrada das usinas (NEUFVILLE, 1996, p. 46. Tradução livre pelo autor deste texto).

A burguesia, classe que emerge dos mercadores e que se consolida através da mobilidade social proporcionada pela indústria e pelo comércio de mercadorias, aos poucos conquistou o poder político e nele se consolidou através da acumulação de capital, resultante do controle da produção de mercadorias e do comércio de produtos materiais e simbólicos, como, por exemplo, o dinheiro. A politização do conceito judaico-cristão de igualdade fez parte de sua estratégia de se tornar dominante e hegemônica, atribuiu-lhe uma conotação positiva e universalizou-a, no sentido de conceber todos como formalmente iguais. Porém cada sujeito devia merecer esse atributo, impondo-se o tempo de trabalho produtivo como estratégia meritocrática para que se cumprisse essa condição. Por consequência, a cidadania política passou a ser a condição de inclusão social, merecida individualmente, tendo como contraponto a exclusão social, provocada pela falta de méritos para usufruir os direitos inerentes a esse estatuto. Por isso, atualmente, nas sociedades influenciadas pela noção ocidental de cidadão, a cidadania é, antes de tudo, uma questão de direitos mais do que de obrigações ou deveres. Concomitantemente a esse processo, desenvolve-se o conceito de privado, apropriado pela burguesia e ainda fortemente sustentado pelas classes dominantes, que defendem o direito de sobrepor os compromissos ou direitos privados aos direitos políticos e sociais que configuram a vida pública.

A cidadania é um direito público, universal, porém sob contrato negociado. A moeda de troca passa a ser o trabalho ou, mais recentemente, uma atividade qualquer, desde que socialmente reconhecida (desportista, ator, escritor, etc.); e ao compromisso político corresponde a liberdade, inclusive religiosa, no território, na totalidade de pertencimento que normalmente corresponde à Nação. Alguns direitos universalizam-se, como acesso ao saber, à alimentação, à saúde, à liberdade política. O cidadão moderno de direito, no território Nação, é, portanto, uma construção histórica.

Pelo contrato, o cidadão tem direito a reproduzir-se numa família, através dos recursos disponibilizados pela sociedade à qual pertence. Por isso, o desempenho competente de uma atividade – identidade socioprofissional – que garanta o sustento



é um dever, e o Estado deve prover a essa oportunidade, mas cada um é livre para negociar sua atividade e, por vezes, seu valor, para decidir suas preferências políticas (voto), para definir se vai, e com quem, constituir família. O Estado não é seu dono, mas seu tutor; ou, segundo tendência recente, o Estado, através dos governos, coordena, organiza e gerencia os direitos e deveres ou compromissos dos cidadãos.

A participação política é vista como uma atividade ocasional, por vezes desagradável, que é necessária para assegurar que o governo respeite e apoie a liberdade das pessoas para se entregarem aos seus projetos e interesses pessoais. O pressuposto de que a política é primariamente um meio para proteger e promover a vida privada está subjacente à maior parte das perspectivas modernas da cidadania. Esta atitude reflete o empobrecimento da vida pública de hoje, em contraste com a cidadania ativa da antiga Grécia (KYMLICKA, 1998, p. 3).

Ao assegurar os direitos civis, políticos e sociais a todos, o Estado garante a seus membros a possibilidade de participarem plenamente na vida societária. O desafio para o cidadão moderno é construir alternativas de participação, tanto no trabalho quanto na vida pública, societária, num esforço coletivo de relativização do privado. O desafio é fazer emergir um cidadão que se oriente pelo convívio com os que são cultural ou etnicamente diferentes e que, ao mesmo tempo, reconheça as competências profissionais, priorizando conceitos de sustentabilidade para o equilíbrio social, cultural, ambiental, econômico, político e institucional; é fazer emergir um cidadão múltiplo, que se faça representar de múltiplas formas. Para isso, está em processo a criação, por consenso, de um espaço público que se fundamente nas noções, ainda em construção, de política pública e de política social.

## 2.2 ATORES SOCIAIS COMO IDENTIDADES SOCIOCULTURAIS DIFERENTES

A identidade sociocultural remete-nos à condição de existência privada, referenciada na relação com o meio (intra), com o chamado local, que possui abrangência e conteúdos não padronizados; por isso, precisa ser definido em cada situação, salvo quando se refere a conceitos já consagrados, como comunidade, município, estado, nação, etc. Privado, no sentido de referir-se a determinada totalidade cultural, aquela à qual os atores sociais têm pertencimento. Assim, entre os ciganos, ou entre os caboclos, ou entre os indígenas, ou entre os japoneses, os poloneses, etc., cada um se define pela semelhança, pelos gostos, pelo cheiro, pelos hábitos, validados pelos que se orientam ou se referenciam pelo mesmo conjunto ou sistema de valores socioculturais. Normalmente, possuem o mesmo cheiro, entendem-se por gestos ou meias palavras, enfim orientam-se por costumes ou hábitos particulares, que possuem não raras vezes legitimidade social coercitiva. Não há normatização burocrático-legal, as “leis são de sangue”, não escritas, mas passadas pelos costumes

ou oralmente. Pertencer a uma identidade não é uma concessão, nem uma questão de direito formal, mas de vida, de existência em si mesma.

Na América Latina, muitas identidades socioculturais, sobretudo as de indígenas e as de africanos escravizados, foram massacradas pela imposição, por parte dos colonizadores europeus, dos valores da cidadania acima descrita, em substituição aos valores identitários. Em nome dessa civilização ocidental cristã, impôs-se aquela cidadania, subjugando essas identidades como se de per si ocupassem posição inferior na estratificação social. De fato, a civilização colonizadora impôs o não-pertencimento ou a não-adesão aos valores civis ou identidades socioculturais dos colonizadores como critério de desqualificação social, ou seja, de desigualdade social. Portanto, neste caso, adotar orientação de uma conduta privada do sistema de valores socioculturais não somente significa ser diferente, mas também constitui um critério de desigualdade social. Os valores de cidadania se sobrepuseram, numa tentativa autoritária, higienizadora e genocida de construir uma única referência identitária universal. Há grupos identitários específicos que não se constituem em identidade territorializada ou comunitária, mas se referenciam culturalmente, por valores comuns que orientam suas condutas, embora dispersos difusamente. Atualmente, adquirem bastante visibilidade os que se organizam e se expressam em movimentos sociais, que congregam várias identidades em relação a vivências sexuais, às opções religiosas, à adoção de costumes coletivos, sobretudo entre jovens, a um patrimônio cultural historicamente construído, como, por exemplo, os quilombolas. Sempre que valores políticos ou de cidadania se sobrepõem de forma absoluta e destrutiva a valores culturais ou religiosos, desrespeitando as diversidades socioculturais, geram-se regimes de governo autoritários, ditatoriais, em geral sanguinários.

Além da imposição violenta ou moral, outro recurso utilizado para a sobreposição da cidadania a identidades, principalmente em sociedades democráticas, é a criação e difusão de preconceitos raciais, culturais ou religiosos. Esses preconceitos aos poucos são naturalizados e se transmutam em estigma, como mostra Gehlen (1998, p. 138):

O estigma (apud GOFFMAN, 1976) atribuído aos excluídos transforma as vítimas nos primeiros responsáveis pelo seu fracasso. A sociedade culturalmente dominante estabelece os *atributos* (“naturais”), que assumem normatividade de conduta, “consensuais”, estabelecendo categorias e hierarquias sociais. Estigmatizando algumas categorias, afirma-se a ordem social dominante. Responsabilizam-se essas categorias sociais estigmatizadas, excluídas, pela própria condição, culpabilizando-as pela incapacidade de resposta ao modelo, ou ao trabalho, no caso dos caboclos. Com isso, o processo social excludente apresenta as diferenças sociais como naturais, invertendo a percepção do real.

O convívio entre pessoas que se autodefinem pertencentes a identidades socioculturais diferentes é sempre tenso e exige um esforço de aceitação e respeito, a começar

pelo reconhecimento do outro. Nas sociedades democráticas, esse princípio precisa ser respeitado para o convívio comum. Por vezes, é necessário criar, ao menos temporariamente, políticas inclusivas ou compensatórias específicas para determinados grupos sociais, no caso brasileiro, em geral identificados com identidades socioculturais ou mesmo com expressão étnica. Isso com vistas à dignidade humana, mas também para promover mobilidade social ascendente, objetivando a diminuição da desigualdade social. Portanto, este tema permanece atual e presente, inclusive nos meios de comunicação social. Vale a pena aguçar o olhar para perceber que vivemos numa sociedade não somente marcada pela desigualdade social, mas também fundada numa complexidade de identidades representadas, que deixam seus contributos na vida cotidiana.

### 2.3 O LÓCUS DE AÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

O local pode ser identificado por suas características de cidadania e definido territorialmente ou por valores cívicos de reconhecimento público. Também pode ser entendido como o lócus associado a valores identitários, porém definidos territorialmente.

O local e a comunidade geralmente são identificados por suas características de cidadania, pelo trabalho, pela participação na vida local através da reprodução de valores democráticos naquele território, pelos valores cívicos de reconhecimento público cultivados, pelos laços sociais e afetivos nas relações sociais. O local também pode ser reconhecido como lócus identitário, por vezes multifacetado, expressando as diferenças, porém definido territorialmente, onde se cultivam tradições culturais específicas e, por vezes, se elaboram sínteses universais.

Frente à globalização do consumo de bens materiais e culturais e da cidadania, as identidades também têm algumas oportunidades de afirmar e publicizar seus conteúdos específicos, podendo constituir uma melhor referência para o sentido do cotidiano das vidas das pessoas. As conquistas tecnológicas nos últimos dois séculos propiciaram oportunidades quase sem limites de dominação pelo controle do trabalho. As novas tecnologias de comunicação, de informação e de produção agora oferecem novas chances para superar os limites do espaço-tempo. Contraditoriamente, recriam as condições para a interação intra e interidentidades em determinado território, possibilitando abrir-se para o reconhecimento de outras identidades e a aceitação das diferenças no âmbito local.

A construção do desenvolvimento sustentável tem por base o local e o patrimônio sociocultural (qualificação dos atores sociais, identidades socioculturais, etc.) das comunidades. O patrimônio sociocultural de uma comunidade ou sociedade local pode ser compreendido como sendo o conjunto de características intrínsecas a uma comunidade que podem contribuir (ou frear) as ações em prol de seu desenvolvimento. Por isso, o local é o território onde se desenvolve uma determinada economia local, com suas relações específicas, superando o rural e o urbano, e estabelecendo

articulações internas de respeito e valorização da diversidade e de acordos solidários de cidadania, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

## 2.4 ATORES SOCIAIS, PRODUTORES DE FORMAS SOCIAIS ESPECÍFICAS DE USOS DA TERRA

A terra não é apenas um espaço necessário à produção agropecuária. Ela possui um significado político muito importante, definido culturalmente, ou seja, pelos interesses de grupos sociais ou comunidades identitárias. Portanto, há uma dimensão do conteúdo do termo *terra* que expressa relações sociais e, ao mesmo tempo, define formas de relações sociais segundo os valores de cidadania e de identidade desses grupos. Por isso, a terra é de certa forma criada segundo ideologias e segundo interesses de classe.

No Brasil, identificam-se claramente pelo menos oito especificidades ou tipos de atores sociais diferentes, cada qual definindo uma forma específica de ocupação e de uso da terra. Todas foram se criando historicamente. Umas estão em mobilidade ascendente, outras em mobilidade descendente. No quadro abaixo, mostramos essas formas sociais de maneira sintética, tendo como critérios algumas variáveis (cabeçalho superior) e alguns indicadores (no interior do quadro) fundamentais para sua análise e compreensão.

Na coluna vertical do quadro estão os diferentes atores sociais, que conformam identidades específicas, resultantes de sua construção histórica, como, por exemplo, os latifundiários que estão em mobilidade descendente, os indígenas e os granjeiros que se mobilizam de forma socialmente ascendente. Como se pode também notar a relação de cada tipo como o meio ambiente difere segundo os interesses que orientam a apropriação e uso da terra. Observe-se que o significado ou conceito de trabalho difere entre cada forma social de apropriação e uso da terra, expressando parte das respectivas identidades e possibilitando uma compreensão histórica de cada tipo de ator social.

Quadro 2  
Atores sociais rurais e formas sociais na agricultura segundo alguns indicadores (sul do Brasil)

Indicadores Formas Sociais	ORIGEM Étnico-Social		TERRA	TRABALHO	TECNOLOGIA/ RACIONALIDADE	OBJETIVO/ DESTINO DO PRODUTO	IMPACTOS AMBIENTAIS	PERSPECTIVAS/ OBSERVAÇÕES
	<b>Latifundiária</b>	Portuguesa (Alentejo) Hispânica		Sesmaria, fonte de poder, Patrimônio personalizado, absolutizado	Serviço (não nobre), necessário Trabalhador = Patrimônio personalizado	Extensiva/extrativa Tradicional/mista	Exportação (prestígio do de fora - desqualifica consumidor nacional)	Médio: tecnologia tradicional usa fogo e desmatamento
<b>Capitalista Burguês (tradicional)</b>	Diversa: Latifundiária, Militares, Mobilidade social, ascendente		Mercadoria/capital Meio de acumulação	Centralidade ética/Gerador de bens, de riqueza Tempo > trabalho = Produtividade	Convencional (moderna) Produtivista (uso intensivo de equipamentos e insumos) Forte dependência de fora da prioridade	Mercados diversos/ agregação de valor	Forte: degradação Resiste a mudança para sustentabilidade Granjeiro interage com mais sensibilidade	Desafio: competitividade (produtividade) Ajustes tecnológicos (racionais)
<b>Granjeiro (empresário)</b>	Mobilidade social, Diversificação Investimento		Capital familiar Meio de riqueza	Centralidade ética/ Gerador de bens, de riqueza Eficiência/Competitividade	Racionalizada Sustentabilidade competitiva (uso intensivo de tecnologias/gestão) Dependência de informação e de comunicação	Mercados diversos Agroindústrias Região como valor simbólico de mercado	Racionalizado, Sensibilidade ambiental (tecnologias, discurso ético sobre)	Em expansão Compromisso com o local
<b>Familiar Moderno/Colonial (comercial)</b>	Imigração italiana, alemã, polonesa, russa, ucraniana e outras		Lugar de trabalho/reprodução familiar Patrimônio familiar	Centralidade ética/condição de inclusão a) Trabalho > tempo = produção b) Tempo > trabalho = produtividade	a) Convencional (acumulação/qualidade de vida) b) Tradicional (reprodução/qualidade de vida) c) Sustentável (qualidade de vida/reprodução)	a) Agroindústria/ Merc. interno/exportação b) Merc. regional/diversidade c) Mercados local/agroindustrial, caseira (autoconsumo)	Forte/depredatório (natureza selvagem: substituí-la) Tende a aceitar mudar para sustentabilidade	Desafio: competitividade (qualidade) Em resseleção / exclusão pela qualificação e eficiência

Indicadores Formas Sociais	ORIGEM Étnico-Social		TERRA	TRABALHO	TECNOLOGIA / RACIONALIDADE	OBJETIVO / DESTINO DO PRODUTO	IMPACTOS AMBIENTAIS	PERSPECTIVAS / OBSERVAÇÕES
	<b>Familiar Tradicional/cabocla (subsistência)</b>	Imigrantes Miscigenada (nacional única da colonização)	Fonte de vida / re- produção familiar Patrimônio social- familiar	Necessário para sobreviver Não central Trabalho > tempo = subsistência	Tradicional braçal / animal faxinal / pouso	Subsistência Autoconsumo Venda / troca de excedentes	Fraco Interdependência em relação ao meio natural Ética (religiosi- dade holística, cosmologia)	Autoreprodu- tividade compro- metida Readaptar sistema produtivo
<b>Indígena</b>	Autóctone	Fonte de vida Patrimônio da comunidade, uso familiar (rodízio)	Não trabalha (segundo ótica nossa) Atividade de so- brevivência	"Primitiva" (Brasil) Tradicional braçal / instru- mentos rudimen- tares	Consumo familiar Excedente para a comunidade	Muito fraco Forte interdepen- dência em relação à natureza	Em reconhecimen- to Crescimento de- mográfico	
<b>Quilombola</b>	Afros, escravos "livres"	Patrimônio da comunidade, uso familiar (fixo)	Necessário para sobrevivência Discurso ético so- bre valor, não na produtividade	Tradicional braçal / animal	Consumo familiar Excedente para troca e venda	Fraco Interdependência em relação à na- tureza (mística)	Em reconhecimen- to / afirmação Possível expansão e inclusão	
<b>Assalariados</b>	Diversa	Lugar de trabalho cativo	Produzir bens Tempo > trabalho = produtividade	Subordinado ao contratante	Para contratante	Depende de quem contrata	Profissionalização Estável	
<b>Outras: biscateiros, andarilhos</b>	Diversa (excluídos)	Espaço de sobrevivência	Atividade eventual para sobreviver Troca de favores	Dependente de quem solicita	Para quem solicita	Depende (em geral fraco)	Diminuição da possibilidade de reprodução	

Elaborado por: GEHLEN, I., 2009.

Continuação

Toda transformação estrutural gera novas referências de valores de condutas dos atores sociais, sejam éticos, sejam morais, sejam sociais. Sempre recriam sonhos e idealizações, por vezes utopias, do futuro. Se nos debruçarmos com criticidade e com seriedade sobre o que está em processo atualmente, talvez percebamos que temos a oportunidade de participar de profundas transformações que estão alterando o *modus vivendi* contemporâneo e que marcarão esta e futuras gerações. Percebe-se claramente uma proeminência da dimensão cultural que valoriza as diferenças ao invés de aniquilá-las. O social se expressa através das organizações, da solidariedade, que se utiliza de tecnologias interativas.

Essas transformações alteram o conteúdo dos territórios de pertencimento, pela valorização do ator social, pelas novas formas de inclusão e de pertencimento. Essa valorização de organizações societárias com base principalmente nas atividades, restringe a função da família, para a qual diminuem cada vez mais as funções que lhe eram imputadas no passado, projetando-se sua sobrevivência restrita a ser o *lócus* identitário e igualitário.

O desenvolvimento local, porém, pode ser concebido apenas em seu veio de cidadania, sendo, nesse caso, necessário compreender suas possibilidades e seus contributos cívicos (para a cidadania), como participação local em atividades multifacetadas: culturais, econômicas, políticas, religiosas, sociais e outras. Porém, pode também ser concebido como o resultado de um engajamento dos cidadãos em identidades (étnicas, por exemplo) que buscam construir ou resgatar suas matrizes originais, seu bom-viver, seu equilíbrio, sua estabilidade, através do convívio criativo, multifacetado, entre diferentes, porém iguais.

As transformações em andamento, principalmente nos campos citados do conhecimento científico, das comunicações e das informações, afetam fortemente o modo de vida humano e por consequência as relações sociais, induzindo a repensar o paradigma de relação entre os humanos, com a natureza e com o religioso. No rural, o impacto é marcante tanto no que se refere às relações quanto no que se refere às atividades profissionais, exigindo novas posturas e competências. A necessidade crescente de interatividade induz o desisolamento, a ruptura de cercas simbólicas, a criação de instituições de cooperação, a formação de redes de comunicação e de intercâmbio. Nessa perspectiva, as organizações destes atores sociais passam a ter funções de articulação e de qualificação das relações, ou seja, de negociação, objeto de estudo da próxima Unidade.

## 2.5 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

### Exercícios para reflexão, estudo ou debate

- (1) O Rio Grande do Sul está entre os estados brasileiros com maior diversidade sociocultural identitária, também por muitos denominada étnica. Procure, então, responder as seguintes questões, tendo por base a leitura do texto:

- ▶ O que é uma identidade sociocultural?
  - ▶ O que diferencia o sujeito identitário do sujeito cidadão?
  - ▶ Qual é a principal identidade (no sentido de representatividade estatística ou numérica) de seu município de origem, ou do município em que você reside atualmente, ou então de sua região?
  - ▶ Quais são os principais valores (aqui “valores” pode também ter sentido negativo) que caracterizam os que se autodefinem como pertencentes a cada uma dessas identidades?
  - ▶ Qual ou quais identidades (grupos) estão em mobilidade ascendente / descendente?
- (2) Identifique uma identidade sociocultural que você julgue significativa ou interessante, do município ou da região em que você vive, e escreva sobre ela:
- ▶ Seu histórico de origem e formação, ou de implantação.
  - ▶ Sua representatividade na região, no estado e no país (ótimo se você conseguir dados, mesmo que aproximados; caso contrário, descreva essa representatividade).
  - ▶ Os principais valores que identificam e atribuem especificidade: culinária, hábitos de lazer, de trabalho, aspectos culturais ou folclóricos, arquitetura, etc.
  - ▶ Observando os que pertencem a ela, como eles são classificados a partir do conceito de atores sociais? Ocupam diferentes lugares? Quais? Há alguns dentre eles que recentemente tiveram mobilidade social? Qualifique essa mobilidade.

## 2.6 BIBLIOGRAFIA

### 2.6.1 Bibliografia básica da Unidade 2

- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. rev. São Paulo: Globo, 2000. (Ed. revisada: 1973. Ed. original: 1958.)
- GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre a terra no meio rural do Sul. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, PPG em Sociologia/UFRGS, v. 6, p. 154-76, 1994.
- \_\_\_\_\_. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, P. A. et al. (Orgs.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1998. p. 121-41.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- KYMLICKA, W. Cidadania, identidade e diferença. *A Tempo/Sem Tempo*, nov. 2007. Disponível em: <<http://worldroom.wordpress.com/2008/10/10/a-temposemtempo>>. Acesso em: jan. 2009. Trad. de Citizenship. In: CRAIG, E. (Org.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge, 1998.



NEUFVILE, S. Travail et loisirs, histoire d'un divorce. *Alternatives économiques*, Paris, n. 139, jul.-ago. 1996.

TOURAINÉ, A. *Crítica da sociedade moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995. 2ª Parte, III; 3ª Parte, V.

ZARTH, P. A. et al. (Orgs.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1998.